

A Bíblia na argumentação básica de “A ética protestante e o espírito do capitalismo”

Pedro Lima Vasconcellos

PUC/SP

Talvez caiba mencionar a gênese desse ensaio. Ao me apresentar, em turmas de graduação em Economia e/ou Administração de Empresas, para ministrar aulas de Introdução ao Pensamento Teológico, e ao anunciar que pretendia, a uma certa altura do desenrolar do conteúdo programático, trabalhar com passagens do centenário *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, de Max Weber, para com ele ilustrar a articulação entre Religião, Ética e Economia, invariavelmente fui instado, pelas classes, a refazer a programação, com o argumento categórico: “Nós já lemos esse livro”. A surpresa inicial logo cedeu lugar ao diálogo, também invariável: “Em que aula vocês o leram?” “Sociologia!” “Têm certeza?”... E, em todos os casos, o resultado do esclarecimento foi que, efetivamente, no referido curso, haviam lido, não a totalidade d’*A ética*... (assim denominaremos a partir daqui a obra de Weber sobre a qual trabalharemos), mas o seu capítulo 2 da Parte I, intitulado “O espírito do capitalismo”, merecidamente célebre por propor algumas das advertências e conselhos de Benjamin Franklin, a quem desejasse ficar rico, como representativos do novo mundo, em termos especificamente econômicos mas, principalmente, amplamente culturais que a humanidade começava a viver.

Certamente o estudantado terá podido perceber, ao percorrer as brilhantes páginas desse capítulo, que capitalismo é muito mais que busca de lucro, ou mesmo um conjunto de práticas econômicas, ou ainda um modo de produção. É mais que isso: é uma cultura, ou,

nos termos de Weber, um “espírito” (sim, com as aspas com que ele revestiu o termo quando da primeira aparição da obra¹). Mas tal instrumentalização da obra acabará por deixar uma idéia distorcida daquilo que o grande pensador social alemão pretendeu com seu trabalho seminal: contribuir para a compreensão dos princípios motivadores da ação social. Quem ler apenas esse capítulo ficará meio sem entender por que Weber, ao comentar a inédita “inversão da ordem” introduzida pelo capitalismo na relação entre o ser humano e o ganho advindo de seu trabalho, afirma que ela, a despeito de seu caráter a muitos olhos anti-natural², “implica ao mesmo tempo uma gama de sensações que tocam de perto certas representações religiosas” (p.47). E entenderá menos ainda por que Weber traz, em favor de sua argumentação, um elemento quase episódico da vida do pensador de Boston, um dos inspiradores da independência americana, digno de ter sua efígie reproduzida numa das cédulas do dólar:

Se alguém pergunta: *por que* afinal é preciso “fazer das pessoas dinheiro”, Benjamin Franklin, embora fosse ele próprio de confissão palidamente deísta, responde em sua autobiografia com um versículo bíblico do Livro dos Provérbios (Pr 22,29) que seu pai, calvinista estrito, conforme ele conta, ao se cansava de lhe pregar na juventude: “Vês um homem exímio *em sua profissão*? Digno ele é de apresentar-se perante os reis” (p.47; os grifos, salvo indicação expressa, são de Weber).

¹ Algo que foi notado com muita propriedade por Antônio Flavio Pierucci na apresentação que fez à edição que preparou d’*A ética...* (“Apresentação”. In: Max Weber. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Companhia das Letras, São Paulo, 2004, p.7). As citações da obra de Weber serão tiradas dessa edição (seguindo o texto de 1920), e ao aparecerem no corpo do texto serão indicadas apenas com o número da página. Faremos uso também da excepcional edição mexicana da obra, preparada por Francisco Gil Villegas M. (*La ética protestante y el espíritu del capitalismo*. Fondo de Cultura Económica, México, 2003).

² “O ser humano em função do ganho como finalidade de vida, não mais o ganho em função do ser humano como meio destinado a satisfazer suas necessidades materiais. Essa inversão da ordem, por assim dizer, ‘natural’ das coisas, totalmente sem sentido para a sensibilidade ingênua, é tão manifestamente e sem reservas um *Leitmotiv* do capitalismo, quanto é estranha a quem não foi tocado por seu bafo” (Max Weber. *A ética...*, p.46-47).

Weber conhece muito mais de Teologia e Bíblia do que a maioria de seus comentadores, embora, modestamente, preferisse recorrer a seu amigo Troeltsch e creditar a ele as informações básicas nessa área de que necessitava em suas análises sociais. O que pretendemos aqui é exata, e modestamente, isso: percorrer as páginas d'*A ética...* e verificar o papel que Weber reconheceu ter sido ocupado pela Bíblia judaico-cristã no “vir-a-ser *histórico*” do capitalismo, “desde os primeiros ensaios de uma ascese intramundana até a sua dissolução no puro utilitarismo” (p.166). O trabalho não se pretende exaustivo; destacará apenas algumas passagens mais relevantes para a questão que ora nos importa.

1. Ser exímio na profissão, preceito bíblico

A primeira vez que a Bíblia é explicitamente citada no texto d'*A ética...* é exatamente aquele que acabamos de citar, quanto Weber recolhe da autobiografia de Franklin o provérbio que seu pai não se cansava de inculcar-lhe. Essa constatação lança mais luzes sobre a figura notável do deísta Franklin, que se convenceu de que a “‘utilidade’ da virtude” lhe veio de “uma revelação de Deus, cuja vontade era destiná-lo à virtude” (p.46). É esse princípio que permite compreender um aspecto que costuma surpreender a quem se aproxime da argumentação weberiana: “o *summum bonum*” da ética proposta por Franklin é “ganhar dinheiro e sempre mais dinheiro, no mais rigoroso resguardo de todo gozo imediato do dinheiro ganho, algo tão despido de todos os pontos de vista eudaimonistas ou mesmo hedonistas” (p.46). Assim, o que se enfatiza – e este é o sentido que recebe, nesse contexto, a citação do livro dos Provérbios, é o trabalho, não o gozo advindo de seus resultados; a competência, não o usufruto possibilitado pela renda de um trabalho realizado de forma eficaz: “o ganho do dinheiro – contanto que se dê de forma legal – é o resultado e

a expressão da habilidade *na profissão*, e *essa habilidade*, é fácil reconhecer na passagem [bíblica] citada com em todos os seus escritos sem exceção, constitui o verdadeiro alfa e ômega da moral de Franklin” (p.47). Esse aspecto do pensamento de Franklin se estabelece como contraponto ao indisfarçável tom utilitarista dos preceitos que arrola em seus escritos, preceitos esses que, segundo Weber, caracterizam de forma insofismável “o espírito do capitalismo”.

No entanto Weber sabe que as coisas são bem mais complexas. A Bíblia judaico-cristã, por conta de algumas de suas passagens, instigou posturas francamente contrárias à busca do lucro e à valorização do trabalho em si como algo relevante do ponto de vista da salvação. No final do capítulo dois de *A ética...* aparecem, particularmente em notas adicionadas na edição de 1920, referências a versículos bíblicos que vedam a cobrança de juros, um óbvio empecilho às ambições de comerciantes e banqueiros; mesmo a busca pelo lucro aparecerá, implicitamente ou não, como algo censurável.

2. Traduções da Bíblia

Weber responsabiliza as traduções protestantes da Bíblia, precisamente o “espírito do tradutor” (está pensando, obviamente, em Lutero), pela identificação, na língua alemã e principalmente na inglesa, entre a noção, de matriz religiosa, de vocação e aquela, ligada às atividades do trabalho, de profissão (ambas as noções são indicadas no alemão pelo termo *Beruf*, e no inglês por *calling*).³ Essa tradução é prenhe de conseqüências:

³ Max Weber. *A ética...*, p.71ss. Há de se notar a atordoante eloquência e monumentalidade das notas de rodapé que Weber consagra a essa questão (e que, infelizmente, a edição brasileira que estamos citando remete para adiante, liberando o leitor desavisado para seguir adiante sem atentar para o trabalho minucioso e impressionante, de exegese de termos bíblicos e de verificação em diversas traduções, com que nos brinda nas notas 53-55 [p.185-193 da referida edição!]). Delas trataremos a seguir.

E assim como o significado da palavra, assim também [...] a *idéia* é nova, e é um produto da Reforma. Não que certos traços dessa valorização do trabalho cotidiano no mundo, inerente a esse conceito de *Beruf*, não estivessem presentes já na Idade Média... [...] No conceito de *Beruf*, portanto, ganha expressão aquele dogma central de todas as denominações protestantes que [...] reconhece que o único meio de viver que agrada a Deus não está em suplantiar a moralidade intramundana pela ascese monástica, mas sim, exclusivamente, em cumprir com os deveres intramundanos, tal como decorrem da posição do indivíduo na vida, a qual por isso mesmo se torna a sua “vocação profissional” (p.72).

Para evidenciar, de forma cabal, como a tradução luterana da Bíblia, e em particular de certos conceitos, revelou-se decisiva para o processo cuja gênese pretende compreender, Weber, mesmo reconhecendo as precariedades de seu conhecimento da língua hebraica⁴, lança-se a um exaustivo levantamento sobre como o reformador alemão verteu determinados conceitos hebraicos e gregos. Nota, por exemplo, que só o hebraico, entre as línguas antigas, possui expressões que designam algo como o moderno *Beruf*, ou seja, uma posição na vida entendida a partir de um dado matiz religioso. No entanto, a aparição de termos como *m^ela'khah* (envio) é bastante restrita, e na acepção que aqui interessa, sua origem parece estar “nas burocracias litúrgicas do Estado egípcio assentado na corvéia e do Estado salomônico nele inspirado” (p.186, n.53).⁵ Ou seja, não seria qualquer trabalho ou atividade que merece essa qualificação com viés religioso. Essa observação de Weber talvez merecesse um reparo, já que a valoração religiosa do trabalho no ambiente judeu bíblico não se deduz apenas do vocabulário hebraico, mas de passagens como Gn 2,15, que

⁴ Max Weber. *La ética...*, p.67, n.3. Na verdade essa passagem encontra-se na “Introdução geral aos ‘Ensaio de sociologia da religião’”, texto de 1920, que não consta da edição brasileira.

⁵ Ressalte-se que a excelente edição mexicana, que estamos utilizando, por vezes cita as palavras com grafia hebraica e grega equivocada. A forma transliterada com que os termos aparecem na edição brasileira, pelo contrário, mostra-se acertada.

coloca o ser humano como guardião da obra criada de Deus, da própria etimologia do termo *'adam*, da recusa contundente da escravidão (veja Ne 5,1-5), entre outros elementos. Mas tal observação não afeta o argumento fundamental de nosso autor, como poderemos verificar na continuação; pelo contrário, reforçá-lo-ia. A respeito de um termo hebraico que poderia ter tido um influxo no trabalho de tradução empreendido por Lutero, *hoq* (o que foi fixado) Weber mostra acertadamente que seu aparecimento em Eclo 11,20 não poderia ter qualquer impacto visto que o original hebraico desse livro se perdera (sendo reencontrado apenas no fim do século XIX); Lutero, portanto, teve de recorrer à tradução grega desse livro (conhecida como tradução dos LXX), onde o termo que se lê é *diathéke* (acordo, aliança; daí, dirá Weber, “‘destino’ ou o ‘trabalho designado a cada um’” [p.189, n.55]), que “deriva igualmente do linguajar da burocracia das corvéias”, mas também “é empregado claramente para designar o cumprimento dos mandamentos *de Deus* – tendo assim mais um parentesco com nosso *Beruf*” (p.186, n.53). Mas a palavra-chave nesse versículo é, no grego, *érgon*, e assim o preceito soaria “permanece em tua obra”; Lutero não terá dúvidas em traduzi-lo por “permanece em teu *Beruf*”.

Por outro lado, e isso é de importância decisiva para o argumento de Weber, Lutero traduziu por *Beruf* o fundamental conceito paulino “*klêsis*”; em todos os casos em que ele aparece o que se destaca é o sentido religioso de “chamamento à salvação eterna feito por Deus”; no entanto, por conta de uma passagem em particular, 1 Cor 7,17, “uma exortação de fundo escatológico segundo a qual cada um [quando foi chamado por Deus] deveria permanecer em seu status presente” a tradução que Lutero fez de *klêsis* por *Beruf* acabou por adicionar ao conceito um sentido inegavelmente associado à posição na vida quanto ao exercício de suas atividades cotidianas como forma de cumprir o desígnio estabelecido por Deus. Esse sentido se reforçaria ainda mais porque o caso que se cita de alguém que,

chamado por Deus, deveria permanecer em seu mesmo status é nada menos que o de um escravo.⁶

3. O cânon puritano

Weber também percebeu que a corrente puritana, que, de resto, é aquela que merece a sua maior atenção na segunda parte do livro, por conta da maior afinidade de sua ética com o “espírito do capitalismo”, aproximou-se ao livro sagrado de forma peculiar, definindo afinidades e convergências com alguns de seus conteúdos, fundando aí suas convicções, certezas e esperanças. Esse processo seletivo era inevitável, como o vem sendo em todos os contextos; afinal de contas, afinal de contas, “as máximas do Antigo Testamento [e se poderiam acrescentar as do Novo, sem problemas!] não são, em si, totalmente unívocas” (p.149).

Tanto mais influente dentre os livros canônicos foi o Livro de Jó, que combina uma celebração grandiloqüente da majestade absolutamente soberana de Deus pairando muito acima dos padrões humanos – o que, convenhamos, era totalmente congenial às concepções calvinistas [principalmente, acrescentaríamos nós, a concepção da predestinação] – com aquela certeza, que rebenta novamente no desfecho do livro, de que Deus costuma abençoar os seus também e até mesmo (no Livro de Jó: – somente!) nesta vida, incluindo aí o aspecto material, idéia tão secundária para Calvino quanto relevante para o puritanismo (p.149-150).

⁶ Não vem ao caso discutir aqui a longa e problemática história da recepção e interpretação dessa passagem paulina. O que nos importa aqui é que Weber constata de forma correta que, decorrente da interpretação tradicional (e pró-escravidão) que tal passagem recebeu, foi possível a Lutero identificar a vocação religiosa, endereçada por Deus a todo fiel, com o estado em que este se encontra em termos de atividade profissional.

Essa página dispensa comentários, a não ser aquele que o mesmo Weber já fizera anteriormente: o Deus puritano é mais o “ser transcendente que escapa a toda compreensão humana”, atuando por decretos insondáveis (como o Deus de Jó) do que o “Pai nosso que está no céu” e “se alegra com o regresso do pecador” revelado no Novo Testamento (p.94.95; veja ainda a n.13 da p.205). Por outro lado,

o quietismo oriental, patente em alguns dos versículos mais inspirados dos Salmos e dos Provérbios de Salomão, foi ignorado, a exemplo do que fez Baxter com o tom tradicionalista da passagem da 1ª Epístola aos Coríntios que entrou na constituição do conceito de vocação profissional. Em contrapartida, ênfase tanto maior era dada às passagens do Antigo Testamento que louvam a *justeza formal* como marca distintiva da conduta agradável a Deus (p.150).⁷

A respeito dos livros do Antigo Testamento aí citados, ressalte-se que não são eles ignorados pelos puritanos, mas apenas aquelas passagens deles que traduzam um tom quietista. Efetivamente, Weber afirma que eles estão entre os mais lidos nesse contexto (p.112); particularmente o versículo recordado por Franklin e o elogio do trabalho em Pr 31,6 são recorrentes entre os puritanos (p.253, n.217).

Outro livro que não mereceu atenção particular no mundo puritano foi exatamente aquele em que, ao fazer-lhe a tradução, Lutero introduziu o termo *Beruf* no sentido de vocação profissional: o livro do Eclesiástico. Mas tal desatenção não se deveu a esse fator, mas ao fato de este livro não figurar na Bíblia judaica, e ser então considerado apócrifo pela

⁷ É curioso notar que, de um lado, a passagem de 1 Coríntios, a que já fizemos referência, joga papel importante na vinculação que Lutero propõe entre a vocação e o exercício profissional, entre os puritanos merece menos relevante por conta do caráter conformista (Weber chamaria “quietista”) que lhe foi atribuído pela interpretação convencional.

maioria das correntes evangélicas, e também por operar “em sentido tradicionalista”, a despeito da influência helenística que nele se percebe (p.149).⁸

Há ainda um outro tema relevante para se considerar a forma com a qual a Bíblia foi assumida no contexto puritano, e que não escapa a Weber: o das relações entre o Antigo Testamento (Escritura judaica) e Novo (portador da novidade cristã). Em geral

a teoria segundo a qual a Lei mosaica foi despojada de sua validade pela nova aliança apenas na medida em que continha prescrições ou de cunho ritual para o povo hebreu ou que eram historicamente condicionadas, mas no fim das contas mantinha a validade que possuía desde sempre enquanto expressão da *lex naturae* e por isso ainda vigente, possibilitou por um lado a eliminação daquelas prescrições desde logo incapazes de se encaixar na vida moderna enquanto, por outro lado, os incontáveis traços de paralelismo com a moralidade do Antigo Testamento desimpediam os trilhos pra um vigoroso fortalecimento daquele espírito de legalidade sóbria e autocorretiva que era próprio da ascese intramundana desse protestantismo (p.150).

Tais paralelismos fazem Weber julgar ser viável falar em “impregnação da vida [puritana] pelas normas do Antigo Testamento”. É este corpo de livros que permite distinguir a “ambição da riqueza como fim” da “obtenção da riqueza como *fruto* do trabalho em uma profissão”: aquela constitui-se no “cúmulo da culpa”, enquanto esta expressa a “bênção de Deus” (p.156). E é dessa maneira que se reescreve e se vivencia a certeza, por parte da gente puritana, de se pertencer ao povo eleito (p.151), certeza advinda da realização eficaz, tida como possível, da comparação entre o próprio estado de graça

⁸ Quanto ao caráter apócrifo do livro, Weber ainda precisa que, de um lado, o pregador puritano John Bailey recomenda aqui e ali a leitura dos apócrifos, mas que, por outro, não se recorda de nenhuma sugestão de leitura do Eclesiástico especificamente (p.260, n.247).

“com aquele que segundo a Bíblia era próprio dos eleitos, dos patriarcas por exemplo” (p.104).⁹ Por outro lado, é do Antigo Testamento que o puritanismo bebe no seu processo de “abafamento dos aspectos místicos e em geral dos aspectos sentimentais da religiosidade” (p.112).

Por outro lado, é preciso notar que, comparativamente, o Novo Testamento fornece menos elementos no que diz respeito à concepção religiosa básica e à ascese intramundana vivenciada no interior do puritanismo, o que Weber atribui às expectativas escatológicas que animaram Paulo, por exemplo, e mesmo Jesus, cuja “radical rejeição do mundo” se manifesta de forma cristalina no pedido do *Pai-nosso* “o pão nosso de cada dia nos daí hoje” (p.75). O Novo Testamento comporta inúmeros “elementos ebionitas”, entre os quais a afirmação de que a posse de riquezas representa sério perigo com certeza não soa simpática ao “espírito do capitalismo” (p.142). Mas a ambigüidade paira também aqui. Particular atenção mereceu, no âmbito puritano, a chamada “parábola dos talentos” (Mt 25,14-30) que, em sua interpretação convencional, conduzia à conclusão de que a riqueza pode ser reprovável, mas apenas como “tentação de abandonar-se ao ócio, à preguiça e ao pecaminoso gozo da vida... Quanto porém ela [a ambição pela riqueza] advém enquanto desempenho do dever vocacional, ela não é só moralmente lícita, mas até mesmo um mandamento” (p.148). O servo punido por não ter feito render os bens de seu senhor serve de exemplo a não ser seguido: “o ser humano não passa de um administrador dos bens que lhe dispensou a graça de Deus e [...] deve prestar contas de cada centavo que lhe foi confiado”. Essa parábola ainda se prestava a reiterar que, se a ambição pela riqueza tinha legitimidade religiosa, seu usufruto prazeroso é vedado: “é no mínimo temerário despende

⁹ Na nota correspondente Weber considera que “essa idéia teria necessariamente de favorecer a penetração do espírito judaico do Antigo Testamento no puritanismo” (p.217, n.55).

uma parte deles [dos bens] para um fim que tem validade não para a glória de Deus, mas para a fruição pessoal” (p.155).

Conclusão

É exatamente essa estranha combinação entre liberação da busca pela riqueza, a ser alcançada pela dedicação incondicional ao trabalho, e estrangulamento do consumo que o puritanismo logrou forjar que acaba por estimular poderosamente o capitalismo, cuja dinâmica e espírito foi exposta de forma tão contundente por Franklin. É preciso, contudo, salientar que, pelo que foi visto, tal síntese fundamentou-se, em última instância, de uma leitura criteriosa do livro bíblico. A frase de Bailey, “não é fácil um rico alcançar a bem-aventurança”, nitidamente ancorada em Mc 10,23 (p.248, n.200), soou ao mesmo tempo como postura de reserva perante o acúmulo de bens materiais e como desafio de se perceber, exatamente por esse acúmulo, a bênção de Deus, o sinal da eleição. Tal postura ascética era exigida “de todo aquele que quisesse certificar-se de sua bem-aventurança (p.139). A reforçar tal posicionamento vinha a frase atribuída a Paulo; “quem não trabalha não coma”, assumida na certeza de que ela pretendia estabelecer o trabalho como fim em si determinado por Deus (p.144). Desloca-se a ascese, dos mosteiros para a vida profissional; confirma-se que é pelo trabalho que é possível dar glória a Deus e corresponder à vocação por ele determinada: foi a Bíblia que “forneceu a essa conduta de vida ascética [puritana] a norma fixa pela qual ela sempre podia se orientar e da qual manifestamente precisava” (p.111).

Concluamos. Entre tantos aspectos que nos assombram nessa obra merecidamente basilar das ciências humanas desde o início do século XX está a constatação de que seu autor foi capaz de perceber os rastros decisivos que a Bíblia foi deixando (para usar a

expressão famosa de Gadamer¹⁰) ao ser traduzida e amplamente difundida em setores configurados a partir da Reforma. Mais ainda: Weber estabeleceu, de maneira brilhante, a genealogia dos fatores que determinaram as especificidades destes rastros particulares, num contexto que ele mesmo qualificou como “bibliocracia” (p.111). Na tradução feita por Lutero, na seleção inevitável de textos e passagens que acabou por evidenciar as preferências puritanas quanto ao teor do escrito sagrado, nas formas pelas quais foram definidas as relações entre suas partes e o modo de lidar com as contradições internas a ele, nisso e em ainda outras dimensões saltam aos olhos os modos originalíssimos com que a abordagem nova dirigida ao velho livro fez brotar dele sentidos novos, surpreendentes mesmo. Algo a que Weber nos conduz com maestria.

Não cabe aqui discutir as interpretações que Weber atribui a esta ou aquela passagem bíblica, até porque, mais do que propor, ele procurou perceber de que forma o livro bíblico, nas suas variadas páginas, foi entendido no bojo do processo social que ele procura compreender. Por outro lado, ele se mostra conhecedor das mais importantes tendências da exegese bíblica de seu tempo, e a ela não deixou de fornecer contribuição direta. Mas cremos não ser injusto dizer que esse aspecto, no que diz respeito a seu aparecimento em *A ética...* mereceu mais atenção do próprio Weber que de seus comentadores. A acuidade de suas análises, o detalhamento dos indícios, o volume espantoso de informações que lemos naquelas notas do capítulo sobre “o conceito de vocação”, não mereceram de boa parte de seus leitores a devida atenção. Também aqui vale o alerta do marxista Christopher Hill, recentemente falecido: “A Bíblia jogou papel central

¹⁰ É preciso perceber o “rastro que uma obra deixou atrás de si” (Hans-Georg Gadamer. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Vozes, Petrópolis, 1997, v.1, p.505).

no conjunto da vida e da sociedade: arriscamo-nos ao ignorá-lo”.¹¹ Weber passou longe desse risco, brilhantemente.

A ética... é um livro que, embora inconcluso mesmo em 1920, desenvolveu um argumento tão rigoroso que exige ser lido em sua inteireza. Embora a leitura isolada de cada um dos capítulos obviamente traga inúmeros esclarecimentos e inegavelmente enriqueça quem leia, por exemplo “O espírito do capitalismo” ou “Os fundamentos religiosos da ascese intramundana”, é preciso acompanhar o desenrolar do argumento desde seu início, para se perceber a novidade trazida por Weber na escrita deste trabalho. E isto porque, entre tantas razões, o sociólogo alemão não apenas narrou e analisou um entranhado processo histórico, mas deixou suas personagens “falarem”. E estas, quase invariavelmente, tinham na Bíblia um referencial quase absoluto, viviam naquilo que o próprio Weber chamou de “bibliocracia” (p.111.132).

¹¹ Christopher Hill. *The English Bible and the Seventeenth-Century Revolution*. Penguin, London, 1994, p.4.